

# Boletim Internacional



Ano VI nº 02 24.01.2007

## Emprego Decente no FSM 2007

A FITIM faz um apelo por emprego decente no Fórum Social Mundial.

A discussão sobre a qualidade no emprego acontecerá nesta terça-feira, 23 de janeiro, no Fórum Social Mundial em Nairobi.

A Federação Internacional dos Metalúrgicos vai patrocinar na manhã desta terça-feira, a discussão sobre a relação entre a qualidade no emprego e o desenvolvimento sustentável no Fórum Social Mundial que acontece esta semana em Nairobi, Quênia. A discussão será na sala 22 IN Lower.

Nela os participantes vão examinar a necessidade das políticas de comércio, investimento e financeira terem um foco coerente com a qualidade do emprego e a necessidade da criação e proteção aos empregos tornarem-se uma prioridade chave das políticas multilaterais.



A idéia de que homens e mulheres de todos os países, tanto em desenvolvimento quanto industrializados, têm o mesmo direito de usufruir as garantias democráticas fundamentais e a proteção no trabalho independente das diferenças culturais, sociais ou econômicas deverá ser a base para o diálogo, assinalando-se que um emprego de qualidade é um direito humano fundamental e a única forma de sair da pobreza.

O lançamento da campanha por 'Emprego Decente para uma Vida Decente' também acontecerá no FSM, coordenada pela Confederação Sindical Internacional, (CSI), a ORIT, a AFRO e outras ongs.

Para mais informações acesse : <http://www.wsf2007.org>

### Fórum Social Mundial: Juventude cutista presente

'Fortalecer a estratégia de formação do jovem da CUT no mercado de trabalho'. Esse será o fio condutor dos debates que ocorrerão na sétima edição Fórum Social Mundial, que acontece de 20 a 25 de janeiro, em Nairóbi, no Quênia. Dinâmicas com os participantes, montagem de painéis com gravuras que demonstrem a situação do jovem no mercado de trabalho do respectivo país e demonstração de diagnósticos e dados de desemprego, o acesso a novos empregos e qual a ajuda para a inclusão no mercado farão parte da dinâmica das oficinas.

A parceria entre as duas sindicais (CUT-DGB) existe há dois anos e sempre priorizou projetos focados em jovens e mulheres que sofrem os impactos do processo de Globalização. Segundo assessora da Secretaria de Formação da CUT, Paula Cristina Bernardo, o diferencial está na organização dos trabalhos pelo coletivo. 'Desde 1997 existiam apenas dois coletivos, mas o projeto com os jovens estruturou doze coletivos. Por isso o setor de Formação da CUT deixou por conta dos meninos, que desde então tomaram a dianteira, fazendo o evento ter mais visibilidade', explica.

Hoje a parceria 'DGB e Juventude Cutista' procura possuir coletivos em todos os Estados, pois não é apenas um curso, passa por oficinas, viagens, visitas e intercâmbios. (CUT) (*Portal dos Metalúrgicos, 18.01.2007*)

## Balanço final da Cúpula do Mercosul

O grupo dos pequenos já não é tão pequeno assim: Paraguai e Uruguai que o compunham agora têm a companhia da Bolívia, que acaba de ser incorporada ao bloco. E, por coincidência ou não, Nicanor Duarte, presidente do Paraguai, foi quem assumiu a presidência "Pro Tempore" do Mercosul. O novo presidente se mostrou insatisfeito com as disputas internas do bloco e pediu aos companheiros para "deixarem de lado a competitividade". Duarte afirmou que, mais do que uma ligação social, econômica e política, é preciso uma ligação física e cibernética, pois ele acredita que isso facilitaria a comunicação entre os países.

Para o presidente Tabaré Vázquez, do Uruguai, o bloco precisa dar assistência aos países menores, para que todos os membros fiquem em condições mais justas. Ele também enfatizou a questão das assimetrias entre os países. "Queremos mais e melhor Mercosul. É nisso que apostamos".

O presidente da Argentina, Nestor Kirchner, fez um balanço positivo das medidas tomadas pelo bloco até agora, afirmando que houve resultados significativos em diversos aspectos. Ele defendeu a efetivação de dois projetos centrais para o bloco: a criação do Banco do Sul e do



Gasoduto do Sul. Ele afirmou ainda que a América Latina vive um novo capítulo político e que a Argentina crê profundamente na integração social e econômica entre os países do bloco, e que será encontrado um ponto de paz e entendimento que corresponda aos interesses comuns de cada nação.

Foto: Domingos Tadeu/PR

O venezuelano Hugo Chávez fez discurso longo e inflamado com duras críticas ao capitalismo e, reforçando a idéia de que não está propondo o socialismo ao Mercosul e que não quer 'contaminar'

ninguém, sugeriu que cada Estado tenha uma maior participação na economia. Chávez destacou que 40% das empresas dos países do Mercosul são transnacionais e que 36% são dependentes de uma empresa matriz que é transnacional e, neste caso, o país perde o controle sobre as decisões daquele capital, "quem decide são eles", disse, referindo-se aos países de origem das transnacionais.

O presidente da Venezuela elogiou a associação da Petrobras com a PVDSA e destacou a necessidade de se ter uma refinaria de petróleo na América Central, pois não há nenhum naquela região.

Chávez como Evo Morales foi enfático ao afirmar que o FMI é uma arma do imperialismo americano e o Banco Mundial é uma arma do imperialismo mundial.

Evo Morales cobrou do presidente Lula uma posição mais solidária na negociação do gás vendido pelo seu país ao Brasil. "Não é possível que a Bolívia siga subvencionando o gás ao Brasil. Assim, jamais vamos acabar com as assimetrias entre os países". Ele lembrou que os países com posições mais independentes, antiimperialistas e antineoliberais, cresceram mais na América Latina do que outros, citando como exemplo Cuba, Venezuela e Argentina, campeões de crescimento na região. Em contrapartida, apontou a Colômbia, que sofre influência do governo norte-americano, como um exemplo de país que teve problemas econômicos, fazendo referência ao déficit comercial colombiano.

Para conhecer o documento oficial da Cúpula, "Comunicado conjunto dos presidentes dos Estados partes do Mercosul e estados associados", clique aqui. (Reportagem Adital: Iara Cruz e Juliana Prestes ) (ADITAL, 19.01.2007)

# Mercosul é bom para o Brasil

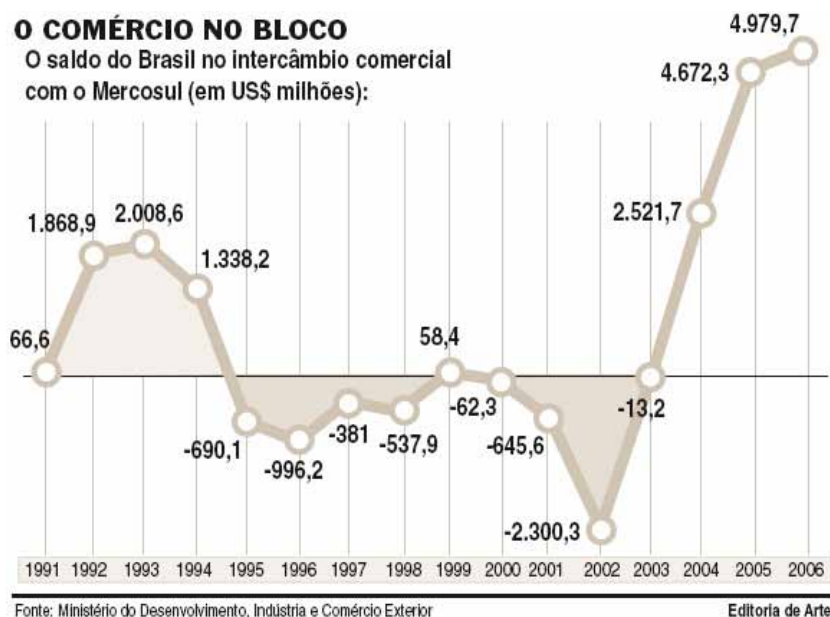
Os números comprovam: o Mercosul é bom para o Brasil

Os economistas afirmam e os números comprovam: o Mercosul é bom para o Brasil. O país exibe vantagem na balança comercial (diferença entre importações e exportações) com todos os outros países-membros do bloco econômico. Analisando os números do comércio entre o Brasil com Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, fica claro que o país vende muito mais do que compra desses países.

Confira os números:

## O COMÉRCIO NO BLOCO

O saldo do Brasil no intercâmbio comercial com o Mercosul (em US\$ milhões):



- O Paraguai comprou, em 2006, US\$ 1,2 bilhão em produtos brasileiros em 2005, tendo vendido US\$ 295 milhões ao país. Resultado: um saldo positivo de US\$ 905 milhões para o Brasil. Em 2005, a balança havia sido positiva para o Brasil em US\$ 647 milhões.

- A Argentina comprou US\$ 11,7 bilhões em produtos brasileiros em 2006, tendo vendido US\$ 8 bilhões ao país, deixando o Brasil com saldo favorável em US\$ 3,7 bilhões, resultado praticamente igual ao de 2005.

- O Uruguai comprou US\$ 1,006 bilhão do Brasil em 2006, tendo

vendido US\$ 618 milhões ao país, o que deixa um saldo positivo para o lado brasileiro de US\$ 388 milhões. Em 2005, a balança comercial tinha sido favorável em US\$ 531 milhões, também para o Brasil.

- A Venezuela importou US\$ 3,55 bilhões em mercadorias brasileiras no ano passado, tendo vendido US\$ 591 milhões, o que significa um saldo comercial positivo para o Brasil superior a US\$ 2,9 bilhões. Em 2005, o saldo havia sido positivo, para o lado do Brasil, em US\$ 1,9 bilhões. Os dados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

## Nosso Norte ainda é o Sul

Os vizinhos mostram sua aprovação à política externa de Lula

O presidente do Paraguai, Nicanor Duarte, foi eleito pelo partido conservador (Colorado) de seu país. No ano passado, celebrou um polêmico acordo militar com os EUA que ocasionou queixas formais dos chanceleres do Brasil e da Argentina. Confirmada a reeleição de Lula, porém, foi entusiástico: "É uma grande vitória. Creio que é um fato importante para nosso país, para a continuidade dos processos que estamos levando adiante no Mercosul".

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, está na outra ponta do espectro político sul-americano, mas concorda: "Saudamos e felicitamos o povo do Brasil por essa sábia decisão". O presidente do Peru, Alan García, trocou acusações e insultos com Chávez durante sua campanha eleitoral, mas tem com ele um ponto em comum: "Lula da Silva assegura a modernidade na região". Evo Morales, apesar dos atritos em torno da nacionalização do gás e das refinarias da Petrobras, foi o primeiro chefe de Estado a se manifestar: "O triunfo do companheiro Lula ratifica a linha de mudança que se iniciou nos últimos anos e mostra mais uma vez que os povos seguem lutando por avanços para resolver os grandes problemas das maiorias marginalizadas do nosso continente".

O Departamento de Estado, em Washington, emitiu um comunicado mal-humorado, que citou “escândalos recentes de corrupção” e lembrou que o “partido de esquerda de Lula não conseguiu ganhar a maioria”. Já o presidente argentino deixou clara sua preferência desde junho: “Não tenho nenhuma dúvida de que a integração se consolidará no segundo período de Lula, que irá muito bem nas eleições. Pelo menos assim esperamos a maioria dos argentinos”.

Segundo o jornal argentino Clarín, “os empresários argentinos respiraram aliviados”. Para o concorrente Página/12, “os aliados do Mercosul estão em festa”. Segundo Fabián Calle, analista do Conselho Argentino para as Relações Internacionais, “com Alckmin, não seria muito diferente, mas primeiro teria de ser convencido do projeto regional. Uma zona de livre-comércio com os EUA é materialmente inviável para a Argentina e o Brasil. Lula já está convencido”.

Como mostra a convergência de gregos e troianos na América do Sul, não se trata apenas da satisfação de líderes de centro-esquerda com a derrota do candidato mais próximo do neoliberalismo, mas também confiança na continuação de uma política externa relativamente independente e de integração regional que cria oportunidades de desenvolvimento e melhora o poder de barganha de cada país ante as grandes potências.

Na opinião de alguns analistas brasileiros, todos eles estariam errados. Na edição de 25 de outubro, uma matéria no jornal Valor afirmou que Lula preparava uma inflexão na política externa. Seus jornalistas teriam ouvido de um “ministro próximo de Lula” que Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia, articuladores da política externa do primeiro mandato, seriam despachados para “exílios dourados” em embaixadas na Argentina e na França. Segundo supostos interlocutores do presidente, o governo pretenderia voltar-se para os países ricos, especialmente os EUA, e falar mais duro com vizinhos como a Venezuela e a Bolívia. Haveria uma avaliação “no governo” de que a atual política teria levado o Brasil a perder todas as disputas por cargos importantes em órgãos multilaterais, azedar relações com vizinhos, distanciar-se dos ricos, criar alianças improdutivas com emergentes e isolar-se das principais negociações comerciais.

Ao site Carta Maior, Valter Pomar, secretário de Relações Internacionais do PT, qualificou a matéria de “mentirosa” e garantiu que a política de integração sul-americana será aprofundada. Kjeld Jacobsen, também dessa área do partido, acredita que o jornal fez uma matéria sobre a avaliação de pessoas ligadas ao Itamaraty que compartilham o ponto de vista do PSDB e do candidato derrotado, como o ex-embaixador nos EUA Rubens Barbosa.

Os fatos não respaldam uma avaliação da atuação do Itamaraty tão negativa quanto a do jornal. Nem todos os objetivos da política externa foram atingidos, mas não há como dizer que o país se isolou ante seu sucesso ao articular o G-20, que conseguiu inviabilizar na OMC o jogo de cartas marcadas a favor das grandes potências, ou se unir a vizinhos contra a imposição de uma Alca desastrosa aos interesses brasileiros e sul-americanos.

Os exportadores brasileiros ganharam espaço. De 2002 a 2006, o comércio global de mercadorias tem crescido 73% em termos nominais. As exportações brasileiras não se limitaram a acompanhar o crescimento da demanda externa: cresceram globalmente 131% e passaram de 0,97% para 1,36% do comércio global. Graças, principalmente, ao valor das exportações destinadas a países periféricos, que quase triplicou – cresceu 197%.

De 2002 a 2006, no período janeiro-setembro, cresceram 257% as vendas para a China nesses quatro anos, 241% para a África, 222% para a América Latina. As vendas de manufaturados brasileiros na América Latina passaram de 26% para 36% das vendas externas da indústria brasileira. Relações improdutivas?

E os EUA, mesmo que quisessem, pouco teriam a oferecer ao Brasil durante o próximo mandato. Bush júnior está prestes a perder a maioria no Congresso para os democratas, defensores tradicionais do protecionismo. Em julho de 2007 vence a autorização à Casa Branca para fechar acordos comerciais sem interferência do Legislativo – ou seja, o Trade Act de 2002, conhecido como fast track. Qualquer avanço substancial terá de esperar pelo próximo ocupante da Casa Branca e não acontecerá antes do fim do segundo mandato de Lula.

Seja como for, os primeiros passos da política externa brasileira nos dias seguintes não foram na direção anunciada pelo jornal. O Brasil continuou a apoiar a Venezuela na queda-de-braço com a Guatemala por uma vaga no Conselho de Segurança, até sair o acordo em torno do Panamá. Depois de uma semana tensa, durante a qual Evo Morales chegou a falar em ocupação militar das instalações de empresas que se recusassem a um acordo, fechou-se – à zero hora do domingo, dia da eleição no Brasil – um entendimento similar aos aceitos pelas outras nove petroleiras na Bolívia e que permitiu a ambas as partes se dizerem satisfeitas.

Em vez de uma taxa fixa de 82%, ficando o restante para cobrir despesas e remunerar investimentos, a Petrobras pagará 50% fixos, terá direito a uma parcela para cobrir despesas e remunerar investimentos e partilhará o lucro restante com a YPFB. São termos análogos aos vigentes em Angola, Nigéria e Líbia.

Segundo o ministro dos hidrocarbonetos, Carlos Villegas, a Bolívia ficará inicialmente com 50% da receita e a porcentagem vai aumentando para até 84% ao longo do contrato, numa média de 70%. As empresas ficarão com 30%. Fica pendente a desapropriação do controle das duas refinarias da estatal brasileira na Bolívia, adquiridas na privatização de 1999 por 102 milhões de dólares, cuja avaliação está para ser contratada pela YPFB. Evo sugeriu, de brincadeira, que o Brasil as presenteie à Bolívia, mas deve saber que, mesmo sendo um valor pequeno em relação ao lucro anual da Petrobras, não se pode pedir tanto a uma empresa que também tem acionistas privados.

A Petrobras abriu mão da possibilidade de recorrer a tribunais internacionais sobre esses contratos, mas não em relação ao preço do gás, a ser negociado até 10 de novembro. Segundo o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, a empresa terá uma rentabilidade superior a 15% em suas operações com gás natural na Bolívia e continuará a garantir o abastecimento do mercado brasileiro de gás. A Repsol-YPF, que celebrou acordo semelhante, diz também acreditar que os novos contratos garantem a lucratividade de seus investimentos atuais e futuros no país.

O governo de La Paz, por sua vez, ampliará sua receita com hidrocarbonetos dos 140 milhões de dólares do tempo de Sánchez de Lozada para algo da ordem de 1 bilhão de dólares anuais (mais de 12% de seu PIB) a serem aplicados em programas sociais e de desenvolvimento. Ou mais, à medida que persuadir as petroleiras a investir em aumento da produção. A Argentina já garante demanda: assinou contrato para a compra de mais 20 milhões de metros cúbicos de gás por dia, além dos 7,7 milhões que já adquire. O ministro dos hidrocarbonetos estima uma receita de 67 bilhões de dólares em 20 anos, chegando a 4 bilhões de dólares por ano na próxima década. Se bem investidos, esses recursos não bastariam para fazer da Bolívia “um país como a Suíça”, como sonhou Evo ao falar do assunto, mas podem equipará-la social e economicamente com os vizinhos e torná-la um mercado atraente para empreiteiras, máquinas e bens de consumo brasileiros.

Com o Brasil ainda não há acordo nesse sentido, apesar de a YPFB dizer que a Petrobras teria prometido investir mais 1,5 bilhão de dólares – ou seja, dobrar o investimento já feito. Por enquanto, o único compromisso da empresa brasileira é investir para manter o volume de importação de 30 milhões de metros cúbicos diários até 2036, mas a demanda provavelmente a levará a aumentar sua produção. O gás da Bacia de Santos não basta para atender ao crescimento de consumo que se espera. Importar de outros países por via marítima dificilmente seria compensador do ponto de vista do preço ou da segurança.

A questão do preço parece também caminhar para um acordo. A Petrobras queria manter os termos atuais do contrato, que levariam a um reajuste de aproximadamente 19% em relação aos pouco menos de 4 dólares por milhão de BTUs e a Bolívia parece ter recuado de sua pretensão de 7,50 dólares por milhão de BTUs para aceitar algo perto dos 5 dólares já negociados com a Argentina e que também correspondem ao preço oferecido pela Venezuela.

Resta a questão do empobrecimento do gás. O produto hoje fornecido pela Bolívia é constituído de 91,8% de metano, 1,4% de nitrogênio, 0,08% de dióxido de carbono e 6,7% de hidrocarbonetos mais pesados, principalmente etano (5,58%). A Bolívia quer retirar parte desse último componente para abastecer uma usina de polietileno a ser construída por uma parceria entre a YPFB e a venezuelana PDVSA a partir de novembro – o que pode inviabilizar o projeto da Petrobras e Braskem (Grupo Odebrecht) de usar esse mesmo etano numa usina a ser construída na entrada do gasoduto no Brasil, em Corumbá (MS).

É pouco provável a Bolívia ceder nesse ponto. A usina representa uma potencial receita anual de 1,5 bilhão de dólares e a industrialização do gás, que a Bolívia até agora só exportou em bruto, foi uma das principais bandeiras do movimento social e político que levou Evo Morales ao poder. Mas a Bolívia deve aceitar compensar o Brasil no preço, já que a retirada do etano reduziria o poder calorífico do gás em cerca de 7% – de 1.033 BTUs por pé cúbico para perto de 960.

O acordo deu um precioso combustível político a Evo Morales, acossado por manifestações à esquerda e à direita e embaraçado pela necessidade (imposta pela falta de recursos) de adiar a nacionalização da mineração para o próximo ano. Também é satisfatório para o Brasil, para a Argentina e para a Venezuela e ajuda a consolidar o desenvolvimento e a integração sul-americana. Não há por que pedir mudanças drásticas nessa estratégia que continua a ser bem-sucedida. (por Antonio Luiz Monteiro Coelho da Costa) (*Carta Capital*, 15.01.2007)

# O Estado do Mundo

EM MATÉRIA de mudança climática ou Oriente Médio, terrorismo ou armas nucleares, o mundo de 2007 é muito mais perigoso do que em qualquer dos dez anos entre o fim do comunismo e os atentados do 11 de Setembro. Mais calamitosa das decisões do início do século, a invasão do Iraque agravou os problemas antigos, criou novos e não resolveu nenhum.

Foi "a guerra errada contra o inimigo errado". Desviou a atenção da mãe de todas as ameaças: o aquecimento da Terra. Criou uma frente diversionista que enfraqueceu a estratégia correta para combater o terrorismo - a paciente coordenação internacional dos esforços das organizações policiais e de informações contra Al Qaeda e movimentos similares. Em lugar disso, inventou um dragão de mentira - o Iraque, onde não existia terrorismo- e, tal o aprendiz de feiticeiro, acabou por criar um monstro de verdade - o Iraque convertido na base principal dos terroristas.

Prometeu refazer o mapa do Oriente Médio sobre a base da democracia e da prosperidade. Deixa como herança nova invasão destrutiva do Líbano por Israel; palestinos e iraquianos a se massacrarem em guerras civis; recrudescimento da guerrilha no Afeganistão; violência no vasto arco que vai de Cabul ao sul da Somália.

O abuso pelos EUA dos bombardeios aéreos e armas eletrônicas contra os recalcitrantes, primeiro nos Balcãs, em seguida no Afeganistão e no Iraque, induziu os ameaçados a acelerar programas nucleares a fim de se protegerem com a dissuasão atômica. A julgar pelo tratamento de aliciamento dispensado à Coreia do Norte, a fórmula ainda funciona. O teste definitivo sobre o que resta de credibilidade ao TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear) virá do desenlace que tiver o caso iraniano.

O mundo de 2007 é muito mais perigoso do que em qualquer dos dez anos entre o fim do comunismo e o 11/9

O Irã é, aliás, a chave de várias equações: a da não-proliferação, a do destino do Iraque xiita, a da posição do Hizbollah na política do Líbano e na paz com Israel e, de certo modo, na do apoio a variantes do terrorismo islâmico.

Esse papel central deve-se ao potencial de influência do Irã como poder regional e à disposição de Teerã de utilizar tal capacidade para contestar a Pax Americana que se sonhou implantar no Oriente Médio, mediante a destruição de Saddam Hussein e a expulsão dos sírios do Líbano. Uma das inesperadas ironias da guerra do Iraque é que a liquidação de Saddam eliminou o mais poderoso contrapeso ao governo dos aiatolás. De um só golpe, promoveu também a chegada ao poder em Bagdá de facções ligadas religiosa e politicamente aos iranianos, no único outro país de maioria xiita que é grande exportador de petróleo e tem peso político importante na área.

Se a invasão do Iraque terminar com a elevação de um Irã nuclear ao status de potência regional predominante no Oriente Médio, a operação passará à história como um dos mais custosos fiascos da política exterior americana. Tal resultado é plausível, se deixarem o barco correr. Ao mesmo tempo, é inaceitável e absurdo do ponto de vista dos responsáveis pela intervenção. É isso que está na raiz do ceticismo de alguns em relação aos aparentes objetivos limitados da atual escalada de 21 mil soldados.

Além de insuficientes para estabilizarem o Iraque (era esse o nível dos efetivos em 2005), de nada servirão para contra-arrestar a ascensão iraniana.

Existem duas maneiras de lidar com potências revisionistas do "status quo" como o Irã. A preferível é a diplomática, recomendada pelo grupo de trabalho de James Baker e rejeitada por Bush: explorar pela negociação se é possível acomodar as pretensões de segurança e influência do contestatário.

O despacho de outra força de porta-aviões para o Golfo, a nomeação de almirante para comandar o teatro de operações, a prisão de funcionários iranianos, o tom belicoso da viagem da secretária de Estado sinalizam algo diverso. Lambendo as feridas das humilhações no Iraque e no Líbano, sem apoio de suas opiniões públicas, Bush e Olmert ainda não abandonaram a partida. A próxima jogada pode ser decisiva ou catastrófica, para eles e para o mundo. (Rubens Ricupero, foi secretário-geral da Unctad e ministro da Fazenda (governo Itamar Franco). Escreve quinzenalmente, aos domingos, nesta coluna.) *(Folha de São Paulo, 21.01.2007)*

CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM-CUT

Secretário Geral da CNM : Valter Sanches

[internacional@cnmcut.org](mailto:internacional@cnmcut.org)

<http://www.cnmcut.org.br>